

Tempo de reconhecer

Inaldo da Paixão Santos Araújo

Mestre em Contabilidade, Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, professor e escritor.

inaldo_paixao@hotmail.com

O ano de 2015 tem sido muito especial para o Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Afinal, são poucas, muito poucas, as instituições que podem, no Brasil, ter o orgulho de completar um Centenário de existência. Principalmente chegar aos 100 anos não como aquele que vê o fim mais próximo do que o começo, mas como uma instituição em constante processo de renovação e modernização, pronta para galgar novos degraus nesta nova fase de sua vida.

Várias foram as comemorações deste ano, realizadas de forma a não apenas marcar a passagem do Centenário, mas também destacar a importância do trabalho realizado pelo Tribunal de Contas, por meio dos seus servidores, desde os mais humildes até os conselheiros, cada um exercendo seu papel com zelo, dedicação e com o pensamento voltado para o melhor cumprimento possível da missão da Corte de Contas da Bahia.

Afinal, temos o orgulho de dizer: somos todos TCE.

Mas, posso garantir a Vossas Excelências e a todos aqui presentes,

que nenhum dos importantes atos já registrados este ano supera em simbolismo ao que está acontecendo neste momento. E isto por causa da similitude dos propósitos que movem as ações do Tribunal e da Assembleia Legislativa da Bahia e porque são inquebrantáveis e fundamentais para toda a sociedade os laços que unem a Casa de Contas da Bahia a esta Casa do Povo.

E vejam bem, senhoras e senhores, que não estou me referindo tão somente aos laços institucionais, estabelecidos pela Carta Magna brasileira que, no seu artigo 71, estabelece como papel dos Tribunais de Contas ser auxiliar do Poder Legislativo, mas sem dele depender, na realização do controle externo e, portanto, na fiscalização das contas dos gestores públicos.

Quero destacar a importância do papel desempenhado pelo Poder Legislativo e pelos Tribunais de Contas na preservação do sistema democrático em todo o Mundo.

Desde que, em 1.215, portanto há exatos 800 anos, o rei da Inglaterra passou a ser obrigado a jurar obediência à Carta Magna, a primeira Constituição de que se tem notícia, o Parlamento se impôs como a principal barreira contra o poder absoluto dos governantes, constituindo-se na voz

do povo dentro da organização política do Estado.

Única ex-colônia europeia das Américas a adotar a monarquia como forma de governo após ficar independente, o Brasil de Dom Pedro I teve a sabedoria de evitar o absolutismo e estabelecer a divisão de poderes. A Constituição de 1824 assegurou a existência do Poder Legislativo, já então dividido em duas Casas, nas quais atuavam, respectivamente, os Deputados e os Senadores.

Da mesma forma, o trabalho do Tribunal de Contas é essencial para a plenitude e o fortalecimento do regime democrático, ao garantir que os cidadãos saibam o destino e como estão sendo gastos os recursos que ele paga ao Estado sob a forma de impostos e outras contribuições. E, por consequência, obrigando a que todo gestor público procure aplicar bem os recursos que recebe do povo, com responsabilidade, economicidade e levando em conta os interesses maiores da sociedade.

Ensina-nos Roberto Cohen, professor de história e estudos sociais na Universidade de Nova York, que na Grécia antiga, a publicidade das contas, sujeitas à aprovação da Assembleia, era a regra. E que tais contas eram gravadas em pedras,

para permitir o exame perene dos cidadãos.

Assim, não podem restar dúvidas de que a transparência é atributo essencial dos regimes democráticos, pois aquilo que é do povo pelo povo precisa ser controlado. O que nos leva à conclusão que Governo Republicano é aquele que se desnuda. É governo que faz, porém diz por que e como fez, quanto e como gastou e quais os resultados alcançados pelo investimento.

Para que o controle dos cidadãos se materialize, é preciso que os responsáveis pela administração pública prestem contas. E contas que demonstrem de forma objetiva, compreensiva, transparente e oportuna o que foi feito com os recursos que a todos pertencem. E, se na Grécia antiga, berço da democracia, as contas eram prestadas aos dez tesoueiros da deusa Atenas, na República Federal do Brasil esse papel, como definido pela Constituição, cabe aos Tribunais de Contas.

Servidor do Tribunal de Contas do Estado da Bahia há 28 anos, tenho plena consciência de quanto o nosso trabalho é fundamental para que a sociedade baiana tenha uma gestão pública pautada nos princípios legais e éticos e voltada para os interesses sociais. Como presidente e

servidor, sinto muito orgulho e honra com o fato de estar presente neste momento em que se celebra um século de existência do nosso Tribunal. E faço muita questão de destacar a expressão "Nosso Tribunal", porque ele pertence a todos os baianos.

E é exatamente por pertencer a todo o povo baiano que, neste momento de agradecer tão representativa homenagem prestada pelo Poder Legislativo, pela iniciativa generosa do deputado Euclides Fernandes, é que lhes posso garantir que nenhuma instituição comemora 100 anos por acaso. Se aqui chegamos é porque o Tribunal de Contas do Estado da Bahia, criado por lei sancionada pelo governador José Joaquim Seabra no dia 21 de agosto de 1915, tem sabido cumprir seu papel e feito valer sua competência na defesa dos interesses do povo baiano.

Senhoras e senhores, a hora é de reconhecimento pelo que já se fez e de manifestar esperança quanto ao futuro. Sabemos, contudo, que quem imagina ter chegado ao ápice de seu sucesso é porque já começou a cair.

Fruto do esforço diuturno das pessoas que por ali passaram e estão passando, o Tribunal de Contas da Bahia comemora seus 100 primeiros anos de vida preparando-se para prosseguir nesta longa jornada que

tem pela frente e convocando a todos para que continuem a trabalhar junto conosco. Sempre em busca de um controle público tempestivo, profissional, eficiente e independente.

Caros amigos, amigas, servidores do TCE, deputados e deputadas, é tempo de reconhecer que o Tribunal de Contas do Estado da Bahia só conseguirá cumprir sua missão e atingir seus objetivos com a continuidade do apoio de toda a sociedade baiana e dos seus órgãos representativos, entre os quais volto a destacar esta Assembleia Legislativa da Bahia, por sua importância vital para a garantia plena dos direitos de todos os cidadãos.

Neste momento, se faz necessário acrescentar alguns aspectos relevantes da relação sempre cordial e de parceria entre o Tribunal de Contas e a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Não só no exame e julgamento do parecer prévio, mas também com abertura de auditorias especiais solicitadas pela Casa do Povo, participação de nossos auditores auxiliando deputados nas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e nas audiências quadrimestrais previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Também devo ressaltar que a Assembleia Legislativa sempre foi sensível aos projetos de lei de

iniciativa do Tribunal de Contas, visando à melhoria e aperfeiçoamento constante do controle externo.

No meu sentir, adicionalmente, os parlamentos brasileiros podem contribuir muito mais com nossa sociedade ampliando e aperfeiçoando os mecanismos de fiscalização do que aumentando a produção das leis. A priori, nosso país não está carente de leis. Já temos muitas, e boas. Mas a necessidade maior de nosso povo é por melhores e maiores controles.

E, para encerrar, lembro aqui sábias palavras de Bezerra de Menezes: ***“Solidários, seremos união. Separados uns dos outros seremos pontos de vista. Juntos, alcançaremos a realização de nossos propósitos”***.

Muito obrigado!